



António Gameiro
Deputado à Assembleia da República

Ourém hoje e amanhã Como será?...

Como será a resposta da UE - União Europeia às notórias crises sociais e económicas, decorrentes da pandemia coronavírus. Como será?...

Sem grande futurologia, temos por certo a criação de um novo instrumento para a recuperação e resiliência - de 200 mil milhões de euros - bem como a reconversão do programa de apoio ao investimento, InvestEU em RecoverEU, com um reforço orçamental de 100 pontos percentuais, passando de 38 para 76 mil milhões de euros. Medidas que, a breve trecho, deverão ser inscritas, por parte da Comissão Europeia, na proposta que revê o QFP - Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.

O executivo comunitário tem, assim, em mãos um plano de recuperação económica para os próximos sete anos, mobilizadora de dois biliões de euros, destinada a pagamentos e investimentos, sem, no entanto, tocar no tecto orçamental, nem aumentar as contribuições dos Estados-membros.

Ao enfrentar o que, designa por "momento da verdade", a Comissão, curiosamente, revê em baixa a proposta que havia feito para as transferências (-1,1%), do rendimento nacional bruto de cada país - destinadas ao financiamento do quadro plurianual. Ainda sem especificar montantes, as contribuições nacionais exigidas, serão "modestas".

Após muitas hesitações e desacordos, a Comissão Europeia vai avançar com o reforço da dotação dos programas Horizonte Europa e RecoverEU, não excluindo a hipótese de criar dois novos fundos. Um para proteção do mercado interno, outro para salvaguarda de cadeias

de abastecimento essencial. Estamos a falar em mais 200 mil milhões de euros.

Neste contexto, os Estados-membros vão, também, ter acesso a instrumentos que financiem a sua reconstrução económica.

Partindo de uma base de 240 mil milhões de euros, o montante pode ser aumentado, através do Instrumento Orçamental para a Convergência e Competitividade, bem como, da Iniciativa para o Investimento de Resposta ao Coronavírus - dois fundos estruturais que asseguram a liquidez dos países.

Medidas que apontam para a inovação financeira, objetivando a recuperação e relançamento da atividade económica da UE - utilizando instrumentos temporários e recursos endógenos.

Todavia, e tomando por base o Tratado de Funcionamento da UE - artigo 122.1 - a Comissão terá de se financiar, até 320 mil milhões de euros. Metade, será para emprestar aos Estados-membros. O remanescente, permanece no orçamento. Os países beneficiados, esses, vão ter de assumir o compromisso de reembolso, após 2027, num prazo que se prevê alargado.

Desta feita, e sem grandes detalhes técnicos, a solução equacionada para a retoma económica da União Europeia, assenta na concessão de crédito aos Estados-membros, com base em garantias, sustentadas pelo quadro financeiro plurianual.

Os Estados-membros vão, também, ter acesso a instrumentos que financiem a sua reconstrução económica

Esta é, aliás, uma fórmula que vai ao encontro das vontades manifestadas pelos contribuintes líquidos, que não querem dar mais para o orçamento comunitário, nem toleram transferências entre Estados.

Nestas negociações - nada fáceis - a Comissão já deu como certa a atribuição de um montante do QFP - Quadro Financeiro Plurianual aos países mais afetados pela crise sanitária, associada ao coronavírus e que - em paralelo - detêm o maior nível de dívida pública: Itália, Espanha, França e Portugal.

E, Ourém, será capaz de aproveitar? Como será?... A ver vamos!...

Ourém

Ourém com PDM finalmente revisto



Revisão do PDM foi aprovada

Numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal na sexta-feira, 15 de maio, Ourém conseguiu que a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) fosse considerada oficialmente concluída, após uma aprovação por maioria. Todo o processo levou 18 anos. O documento deverá precisar de ainda um mês para ser publicado em Diário da República, mas já há algumas semanas que a Câmara de Ourém aceita projetos para análise segundo o

novo PDM.

A assembleia decorreu num regime misto de videoconferência e presença física na sala de sessões pelos líderes de bancada, não obstante José Alho (PS) ter manifestado que não concordou com a decisão, dada a importância do documento e a presença de público.

O presidente da Câmara, Luís Albuquerque (PSD-CDS), salientou a massiva participação dos munícipes durante a discussão

pública (765 participações), processo que resultou no acolhimento total ou parcial de quase 350 participações. O autarca destacou também o facto de Ourém ser o primeiro município da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e o quarto na região de Lisboa e Vale do Tejo a concluir este processo.

O responsável explicou que este PDM define os investimentos do município para a próxima década, reforçando o esforço que o seu executivo empreendeu para manter, por exemplo, a zona industrial de Freixianda. Em resposta a Nuno Baptista (PS) sobre as pedreiras, adiantou que com o atual PDM os licenciamentos terão que passar pela Câmara e Assembleia Municipal.

Posteriormente, em declarações aos jornalistas, frisou que o documento vai combater a dispersão de casas, apostando numa maior concentração em aglomerados já existentes.

O PDM é um instrumento de gestão territorial de natureza regulamentar, que estabelece o regime de uso do solo, através da sua classificação e qualificação, além de definir a política municipal de solos de ordenamento do território e do urbanismo, entre outras competências.

O PS e o MOVE abstiveram-se.

PSD quer medidas para apoiar turismo de Fátima

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Santarém entregaram um projeto de resolução na Assembleia da República que recomenda ao Governo que adote medidas específicas para trabalhadores e empresas ligados ao turismo na freguesia de Fátima.

Na área dos trabalhadores, o PSD pede uma majoração em 50% do período de concessão do subsídio de desemprego, o prolongamento do regime de lay-off por mais três meses e a abolição do prazo de garantia para traba-

lhadores que ficaram em situação de desemprego em março, abril e maio de 2020.

Para as empresas, o PSD recomenda que fiquem isentas da contribuição à segurança social na componente referente à entidade patronal até 30 de junho de 2021 e que seja reduzida a taxa de tributação autónoma para as que apresentem prejuízos no exercício de 2020.

Propõe-se ainda uma linha de crédito bancário específico para Fátima.

Requalificação da EM357 aprovada

A Assembleia Municipal de Ourém aprovou na sexta-feira, 15 de maio, o projeto de requalificação da Estrada Municipal (EM)357, o principal acesso a pé de peregrinos a Fátima. A obra está estimada em 2 milhões de euros e vai ser paga pelo município. A conclusão está prevista para 2021.

Segundo o presidente da Câmara, Luís Albuquerque, o projeto teve que ser todo revisto, razão pela qual só agora foi a aprovação, não obstante ter sido já anunciado noutras ocasiões. "Prevê tudo", frisou, desde passeios a fibra ótica. Com a aprovação em assembleia já será possível avançar para o concurso público.